

O crioulo de Cabo Verde e a música popular: processos semióticos na construção e preservação da identidade social em dimensões transnacionais globalizantes.

Alcides J. D. Lopes¹

Resumo:

Este ensaio pretende esboçar, embora de forma superficial, os modos como se processam os encontros entre os campos da antropologia linguística e da etnomusicologia, no que diz respeito ao *framework* para análise do conceito de identidade, enquanto produto da interação linguística. As relações de construção de identidade, naturalmente envolvem a linguagem, a música e outras formas de expressão por parte dos indivíduos que integram comunidades transnacionais e diaspóricas. Neste sentido, o papel que estas formas de expressão parecem desempenhar na formação de subjetividades culturais, sugere uma necessidade de pesquisa continuada sobre estes aspectos. Palavras-chave: antropologia linguística, etnomusicologia, identidade, interação, diáspora.

Abstract:

This paper intends to sketch, although in a superficial manner, the ways in which one processes the encounters between the fields of linguistic anthropology and ethnomusicology, concerning the framework for analysis of the concept of identity, as a product of linguistic interaction. The relationships of identity construction, naturally involve language, music and other forms of expressions by the individuals who integrate diasporic and transnational communities. Thus, the role that these forms of expression seem to play in the formation of cultural subjectivities, suggest a need for continued research on these matters. Keywords: linguistic anthropology, ethnomusicology, identity, interaction, diaspora.

¹Possui graduação em Música pela Universidade Federal de Pernambuco (2006), Mestrado em Antropologia pela UFPE (2015). Atuou como professor na Universidade Pública de Cabo Verde no Núcleo de Música (2011-2012). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Música, atuando principalmente nos seguintes temas: Educação em música e Documentários etnográficos. Seu campo de pesquisa é Etnomusicologia. Atualmente cursa doutoramento em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco, sendo sua linha de pesquisa Cultura, Patrimônio e Contemporaneidade. Contato: tchida.pesquisa@gmail.com.

Introdução

A principal motivação que alimenta a discussão que se segue substancia-se em uma posição estratégica metodologicamente assumida pela antropologia linguística no que diz respeito ao *framework* para análise do conceito de identidade enquanto produto da interação linguística (BUCHOLTZ & HALL, 2005: 585).

De acordo com as autoras Bucholtz & Hall, apesar de o campo disciplinar não ter dado muita atenção ao termo identidade até então, o conceito tem cada vez mais assumido um papel central na antropologia linguística, servindo menos como um *background* para outros tipos de investigação e mais como um tópico com mérito de estudo próprio (2004: 369).

Entretanto, Monteiro (2011: 64), defendendo a posição de Giddens (2003), afirma que a identidade formada por processos sociais determinados pela estrutura social constitui uma componente básica da realidade subjetiva, que por seu turno, se encontra em relação dialética com a sociedade. A entender, apesar dos constrangimentos exercidos pela estrutura social, as identidades individuais reagem sobre esta. Estes tipos de identidades que se originam a partir das “estruturas sociais históricas específicas” podem ser identificados como produtos sociais e elementos estáveis da realidade social objetiva (BERGER & LUCKMAN, 2004 apud MONTEIRO, 2011: 65).

A adoção desta instância metodológica – argumentar a favor do valor analítico de abordar a identidade como um fenômeno relacional e sociocultural que emerge e circula em locais de contextos discursivos de interação local (BUCHOLTZ & HALL, 2005: 586) –, trata-se de um passo muito importante, na medida em que, entre os muitos recursos simbólicos disponíveis para a produção cultural da identidade, a linguagem é a mais flexível e disseminada. De acordo com as autoras, o fato de que grande parte das pesquisas sobre identidade na antropologia sociocultural se basear em evidência linguística atesta o papel crucial, frequentemente obliterado, que a linguagem desempenha na formação de subjetividades culturais (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 369).

A música, por sua vez, enquanto expressão de identidade, nas palavras de Slobin e Tilton (1992): “elemento fluido e dinâmico de cultura”; também é ingrediente da construção identitária, através de processos criativos e contínuos. Por este motivo, citando Frith (1996), a música tem uma função interpeladora de identidades sociais, resultante do fato da sua interação com experiências emocionais particularmente intensas, consideradas mais potentes que aquelas processadas por outras vertentes culturais. Neste sentido, a música popular responde a questões de identidade, razão pelo qual as pessoas desfrutam dela, sendo que a sua importância e complexidade neste âmbito, pode ser explicada pelos múltiplos códigos que intervêm em um evento musical, sem que alguns deles sejam estritamente musicais, e sim, pelo “sentido” da música atribuído pelas próprias pessoas que a apreciam (FRITH, 1996; VILA, 1996 apud MONTEIRO, 2011: 66).

O objetivo deste artigo é analisar o fenômeno da música popular e da identidade cultural na diáspora pós-colonial caboverdeana, tema apresentado em um artigo do antropólogo norte americano Timothy Sieber (2005), sobre os processos de construção de identidades multiétnicas, por parte de adolescentes e jovens descendentes de caboverdeanos, em uma diáspora transnacional negro africana, majoritariamente urbana, e que, de alguma forma, conseguem reter a identidade étnica caboverdeana (SIEBER, 2005: 123).

Como leitura de base, apresento a obra *Música Migrante em Lisboa: trajetos e práticas de músicos caboverdeanos* (2011) do sociólogo César Augusto Monteiro, os artigos contidos nos capítulos 1, *Speech Community* de Marcyliena Morgan, e 16, *Language and Identity*, da autoria de Mary Bucholtz e Kira Hall da obra *A Companion to Linguistics* (2004), editada por Alessandro Duranti e o ensaio *Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach*, das mesmas autoras do capítulo 16 mencionado neste parágrafo, publicado na revista *Discourse Studies* (2005).

Colónia transnacional

Na narrativa apresentada pelo antropólogo norte americano, Cabo Verde aparece como uma colónia portuguesa do século XV e entreposto de escravos estabelecido nas ilhas

anteriormente desabitadas. Assim, apresentando uma população profundamente crioulista (creolized) e transnacional desde a sua origem. Um caso interessante e pertinente a ser mencionado aqui é a história da origem da cidade Vitória de Santo Antão, na zona da mata do estado de Pernambuco.

Mantém-se um busto em uma praça pública de nome Diogo Braga, o fundador da então vila que deu origem à cidade. No museu da cidade conta-se a história de que este personagem chegou ao porto de Recife em 1626, vindo da ilha de Santo Antão do arquipélago de Cabo Verde, que dali, acompanhado de sua família ele se deslocou à localidade onde passou a viver, plantando cana de açúcar e praticando a pecuária e agricultura familiares.

Este relato não está embasado por nenhuma prova resultante de uma investigação científica, no entanto se o leitor ou leitora visitar a mencionada cidade tomará conhecimento por si próprio (a). Curiosamente, o mencionado relato antecede em mais de um século, as referências mencionadas por Sieber em seu artigo. Pois, segundo ele, pelo menos desde o século XVIII durante o período colonial, bem antes da independência política, que foi conquistada somente em 1975, os caboverdeanos se movimentaram de forma crescente dentro do circuito de uma ampla diáspora atlântica, ligando a Europa, a África e as Américas.

Estas movimentações que já no século XX apontam que a maioria dos caboverdeanos residia fora do arquipélago, na diáspora, hoje resultaram em uma “transnação desterritorializada” (SIEBER, 2005: 123), em uma situação na qual as estimativas apontam que menos da metade de todos os caboverdeanos, e talvez somente um terço – cerca de 350.000 a 400.000 – vivem no arquipélago, sendo que um número igual vive na Nova Inglaterra, no nordeste dos Estados Unidos, e uma grande quantidade de comunidades de emigrantes espalhados por vários países da Europa e África.

Segundo o autor, na era pós-colonial, a intensificação da diáspora resultou em uma diversificação dramática da cultura caboverdeana através do seu campo cada vez mais expansivo e global. Este dinamismo é claramente perceptível na produção, difusão,

marketing e consumo da música popular caboverdeana, dentro de amplos círculos ambos dentro e bem além do mundo lusófono (124).

A emigração, especialmente na intensidade radical de escala, como é o caso de Cabo Verde sempre coloca desafios à definição da identidade cultural nacional (MONTEIRO, 2003 apud SIEBER, 2005: 124), e também pela mesma razão, possibilita a miríade de iniciativas criativas protagonizadas por atores individuais em termos comportamentais ou em estratégias identitárias próprias em que uma das finalidades essenciais é o reconhecimento da sua existência no sistema local (MONTEIRO, 2011: 66).

Sieber argumenta que o passado não oferece a muitas nações pós-coloniais, material para celebração das origens nacionais com as representações nostálgicas de um passado camponês, pré-moderno, através da ressurreição de raízes folclóricas ou de formas musicais, como tem sido comum nas próprias comunidades de emigrantes da diáspora europeia.

Para Cabo Verde, como para os outros países da mesma cepa, a principal fundação da nação contemporânea é forjada na contestação, na escravidão, no colonialismo e naquilo que foi denominado por um autor caboverdeano, Manuel Veiga (2004): “uma profunda e original crise de cultura, comunicação e identidade no encontro entre a África e Portugal no arquipélago”. Ainda, segundo Sieber, se raízes ou fontes pré-independência, ambos na música e na cultura de forma geral, fossem identificadas para a construção da nação contemporânea, como no caso de Cabo Verde, elas deveriam ser procuradas na história de resistência ao colonizador, ou nas remotas importações africanas ou ainda, nas reminiscências de sobreviventes levados para o arquipélago e ali conservadas por uma população de indivíduos longe do alcance dos colonizadores (SIEBER, 2005: 124-125).

Crioulidade

Em um ensaio intitulado *O crioulo de Cabo Verde: emergência e afirmação*, da autoria do linguista caboverdeano internacionalmente conhecido, Dr. Manuel Veiga, publicado na obra *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde* (1998), este, após expor várias teorias todas consonantes no sufixo *gênese*, as quais propunham explicar a verdadeira

origem do fenômeno linguístico, chama atenção para o fato de, qualquer que seja o processo de formação do Crioulo, a sua realização nas mais diversas esferas da vida pessoal, afetiva, familiar e social da nação caboverdeana é um fato da mais extrema importância – sendo um instrumento linguístico autónomo, funcional e útil – não só como meio privilegiado de comunicação oral, mas também como o melhor suporte da caboverdianidade (VEIGA, 1998: 114).

Devemos partir da ideia de concepção da língua crioula, primeiramente em um cenário integrado por escravos e/ou indivíduos escravizados africanos, alguns comerciantes genoveses e um número reduzido de colonos portugueses (aventureiros, degredados, marinheiros, armadores e capitães-mores). Deste pequeno universo plurilinguístico adverso, como o resultado de uma elaboração, se passaria, de forma gradual, e graças à tolerância dos diferentes cosmos linguísticos coexistentes, a um “instrumento de comunicação ainda muito limitado e emergente de confrontos e de cedências por parte dos diversos sistemas em presença” (VEIGA, 1998: 115).

Ao longo do processo histórico do arquipélago, a língua crioula tem desempenhado um importante papel na formação da identidade caboverdeana, vindo a ser reconhecida como língua materna e nacional no decorrer do século XX. Mas o que aqui nos interessa mais diretamente é o fato de que, segundo Veiga, o Crioulo não foi uma dádiva, nem tampouco uma mercadoria adquirida, mas o resultado de uma criatividade, em que os autores são e têm sido os próprios caboverdeanos (125), e decerto, é na emergência dos interstícios – a sobreposição e deslocamento de domínios de diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de *nacionalidade*, interesse comunitário, ou valor cultural são negociados (BHABHA, 1994 apud MORGAN, 2004: 17).

Houve momentos na história colonial do século XX, segundo Veiga em que a arena linguística era constituída por grupos prós e contra a língua crioula (VEIGA, 1998: 116). De fato, em analogia com as objeções protagonizadas contra participantes de Comunidades de Fala (Speech Community), nas quais as críticas vão desde habilidades literárias deficientes, epidemias, desemprego e aumento no crime (MORGAN, 2004: 3), não deve ser

difícil para o leitor imaginar as grosserias publicadas nas instâncias do poder hegemónico que considerava o Crioulo um problema (vide, VEIGA, 1998: 116).

Na verdade, quando se trata da questão de interpretação e representação de sociedades e situações marcadas por mudanças, diversidade, e crescente tecnologia como também aquelas situações previamente tratadas como convencionais, o estudo das comunidades de fala é central para a compreensão da linguagem humana e sua conceituação porque ela é o produto de interação prolongada entre os que operam dentro de um âmbito de crença compartilhada e sistemas de valores concernentes à sua própria cultura, sociedade, e história como também a sua comunicação com outros (MORGAN, 2004: 3).

Estas interações constituem a natureza fundamental do contato humano e a importância da linguagem, do discurso, e estilos verbais na representação e negociação das relações resultantes. Neste sentido, o conceito de comunidade de fala não foca simplesmente em grupos que falem a mesma língua. Pelo contrário, o conceito leva em consideração que a linguagem representa, incorpora, constrói, e constitui participação efetiva em uma sociedade e cultura. Ainda, segundo a autora, o conceito assume que um sistema comunicativo mutuamente inteligível simbólico e ideológico deve ser colocado em prática entre aqueles que compartilham o conhecimento e práticas sobre como se é significativo em contextos sociais. Assim, é dentro da comunidade de fala que a identidade, ideologia, e agência são atualizadas na sociedade (MORGAN, 2004: 3).

Linguagem e identidade

Bucholtz e Hall (2004) abordam os desenvolvimentos na pesquisa antropológica sobre linguagem e identidade, na qual a exploração dos conceitos chave oferecem perspectivas complementares sobre a identidade. Os conceitos de similaridade e diferença, como processos fenomenológicos que emergem da interação social, sendo que, similaridade permite aos indivíduos se imaginarem como um grupo, diferença produz a distância social entre aqueles que se percebem como diferentes. Segundo as autoras, o agrupamento social é um processo não meramente de descoberta ou de reconhecimento de uma similaridade que

precede a identidade estabelecida, mas, fundamentalmente, na invenção da similaridade minimizando a diferença (371).

Estudos sobre linguagem e identidade relatam que as formações mais vigorosas de identidades socialmente significativas são mais prováveis em contextos de heterogeneidade do que de homogeneidade, que por sua vez é uma conquista ideológica contestada que procura erradicar diferenças cruciais de identidade. Embora estas identidades contrastantes possam parecer formar pares nos quais cada elemento é igual, geralmente existem diferenças sociais associadas com tais escolhas de identidade. Na maioria dos casos, diferença implica em hierarquia, e o grupo com maior poder estabelece uma relação vertical em termos de benefício próprio (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 372).

No entanto, dentro do terreno da linguística, esta estruturação hierárquica da diferença tem sido denominada de *markedness* (marcação), segundo as autoras, um conceito que foi trazido para o seio das ciências sociais para descrever o processo pelo qual algumas categorias sociais ganham um estatuto especial que contrasta com as identidades de outros grupos. Algumas das mais contestadas e politizadas dimensões da identidade: raça, etnicidade, gênero, sexualidade, as quais surgem das lutas para a igualdade de direitos, por parte daqueles membros marcados destas categorias, identificam os estudos sobre identidade como sendo altamente políticos (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 373).

As interconexões entre linguagem e identidade, nos parece, são múltiplas, complexas e contextualmente específicas, por isso, a solução parece ser o desenvolvimento de melhores *frameworks* teóricos, para um melhor entendimento dos fundamentos ideológicos da linguagem, identidade e suas inter-relações. Segundo as autoras, a identidade é inerente às ações, não às pessoas. Como produto de ação social situada, as identidades podem mudar e recombinar para atender novas circunstâncias. Esta perspectiva dinâmica contrasta com a visão tradicional da identidade como um estado psicológico unitário duradouro ou categoria social. As pesquisas antropológicas nas dimensões da linguística do status demonstram que as identidades high status não são inteiramente apresentadas antecipadamente, mas são interativamente negociadas (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 376).

A atenção concedida pela antropologia linguística à linguagem como uma ação semiótica social, também proporciona uma abordagem para a identidade que não cai na armadilha do essencialismo. O ponto de vista determinista sobre a identidade é substituído por uma perspectiva de agência. A identidade assim é mais bem compreendida como um produto do uso da linguagem, em vez de um primordial analítico. A semiótica da linguagem considera a identidade não como um sistema de categorias fixas, mas sim a identificação como um processo político e social contínuo (BUCHOLTZ & HALL, 2014: 376).

Processos semióticos

Devido ao seu foco no social e no cultural, a antropologia linguística considera a identidade como um fenômeno social quintessencial. A semiótica, ou o estudo dos sistemas conceituais, oferece uma perspectiva interessante, a partir da qual se deve analisar identidade. A semiótica investiga a associação criada entre objetos naturais ou sociais e os significados que eles carregam. Enquanto a linguagem é frequentemente tomada como um sistema semiótico protótipo, ela é mais complexa do que muitos outros sistemas porque ela tem conceito social, como também conceito referencial. De acordo com as autoras, é precisamente esta dualidade da linguagem – a sua habilidade de transmitir significado em dois níveis, um semântico ou referencial e outro pragmático ou contextual – que faz dela um recurso tão rico para a produção semiótica nas sociedades humanas (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 377).

Pierre Bourdieu considera a linguagem uma prática, em vez de um sistema de regras abstrato, e reconhece que a prática linguística não é distinta de outras formas corriqueiras de atividade social. Deste modo, através de uma repetição direta, a linguagem, junto com outras práticas sociais, molda a forma do ator social de estar no mundo. A relevância deste *framework* para pesquisa em sociolinguística sobre identidade pode ser conferida nos estudos feministas. Entretanto, as autoras, ao citarem Goodwin (1990), alertam para o fato dos interlocutores não estarem fechados em posições subjetivas particulares baseadas no gênero ou outras dimensões da desigualdade social. Na medida em que os atores sociais se movem entre as diferentes comunidades de prática no seu dia a dia, diferentes dimensões de

identidade vêm para o primeiro plano, incluindo identidades baseadas em atividades em vez de categorias (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 378).

A indexicalidade é a operação semiótica da justaposição, durante a qual, uma entidade ou um evento aponta para o outro. Existe uma ambiguidade entre as indexicalidades direta e indireta, a qual é uma importante fonte para o estabelecimento e justificativa de formas de poder desiguais entre os grupos. A atenção aos processos semióticos através dos quais, a língua entra nas relações de poder, tem se tornado uma das mais produtivas áreas de pesquisa na antropologia linguística, através do estudo das ideologias linguísticas. Esta questão também está relacionada com a identidade, pois as crenças sobre a linguagem são também as crenças dos seus falantes (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 379).

A pesquisa sociolinguística há muito tem usado conceitos tais como estereótipos ou posturas para caracterizar crenças socioculturais sobre línguas e seus falantes. Ainda que estas noções enfatizem a psicologia individual à custa do nível sociocultural no qual sistemas de crença contribuem para a estruturação das lógicas de poder, a questão do poder como um fenômeno social é central para o conceito de ideologia. Falamos aqui de uma ideologia que organiza e possibilita todas as crenças e práticas culturais, como também as relações de poder que resultam destas (380).

Ao contrário da prática que é habitual e frequentemente não totalmente intencional, a performance, por sua vez, é altamente deliberada e autoconsciente do seu *display* social. No entanto para o universo da antropologia linguística, a performance ocorre não somente em palcos e sob holofotes, mas também em momentos interativos frequentes e fugazes do dia a dia (BAUMAN, 1986; HYMES, 1974 apud BUCHOLTZ & HALL, 2004: 381). Neste sentido, a performance não se refere somente ao mundo social, mas na verdade ela cria o mundo social, portanto, um elemento de ação deliberada está potencialmente presente naquelas performances que desafiam ou subvertem ideologias dominantes.

Refletindo sobre os processos semióticos de identificação, devemos levar em consideração que a prática, a performance, a indexicalidade e a ideologia não operam

separadamente na criação da identidade. A ideologia é o nível no qual a prática penetra o campo da representação. A indexicalidade intercede entre ideologia e prática, produzindo aquela através desta. A performance é o destaque da ideologia através da prática. Ainda, segundo as autoras, é muito importante manter estes processos conceitualmente distintos. As práticas reais sociais e linguísticas através das quais as pessoas se engajam em contextos sociais específicos (incluindo o *display* da prática em performance) são altamente complexas e estratégicas. Portanto, os processos semióticos mencionados acima, revelam a extensão para a qual a identidade não é simplesmente a fonte de cultura, mas sim o resultado da cultura: em outras palavras, trata-se de um efeito cultural, e a linguagem, como um recurso fundamental para a produção cultural, também é, neste sentido, um recurso fundamental para a produção da identidade (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 382).

Música popular e identidade

De acordo com Timothy Sieber, a música popular é um meio poderoso para representação, contestação, e negociação de identidades culturais em transformação nas diásporas globais instáveis. A música indexa continuidade e mudança, sustenta e renegocia conexões através do espaço transnacional, e reforma as relações geracionais. A música popular através da diáspora caboverdeana global, compreendendo o arquipélago, a Europa, a América do Norte e a África, oferece um diálogo musical vital em questões de memória, identidade, raça e pós-colonialismo. As novas músicas tais como cabo-zouk e hip-hop, dão voz às realidades da juventude diaspórica que integra comunidades multiétnicas de cor em ambientes urbanos do norte global (SIEBER, 2005: 123).

Importantes e recentes transformações na identidade e cultura caboverdeanas em nível da diáspora global estão refletidas principalmente na produção da música popular caboverdeana contemporânea. A crescente inserção dos caboverdeanos, a sua música, e sua cultura dentro de uma diáspora africana mais ampla, localizada, na sua maioria, no norte urbano globalizado (Europa e América do Norte), está levando os indivíduos mais jovens a transformar sua identificação racial cada vez mais para Negro, sem, contudo, perder a sua afiliação com a etnicidade caboverdeana.

Estas transformações, segundo Sieber, têm sido representadas através de mudanças nos gostos musicais relacionados com formas musicais com base africana, ambas as globalizadas (tais como hip-hop e zouk), e a ressurgência de formas musicais caboverdeanas menos crioulistas e mais africanas (funaná, batuku e tabanka), estas, na sua maioria, originárias da ilha de Santiago e com histórias de repressão pelos portugueses. Este processo tem desencadeado em reformulações das raízes musicais caboverdeanas, privilegiando as suas fontes africanas (incluo aqui referências dos trabalhos de Tcheka e Bob Rapacinho Lantuna), como opostos às fontes europeias (SIEBER, 2005: 125).

Há também uma vertente a ser considerada. Trata-se das novas formas culturais híbridas desenvolvidas por caboverdeanos que vivem fora da esfera lusófona, que têm estendido significativamente noções da caboverdianidade ² para muito além dos espaços lusófonos a fim de abranger contextos culturais mais amplos. De acordo com o autor, a música popular também indexa esta transformação, especialmente com as mais recentes experimentações e fusões da música caboverdeana com novos elementos e tradições distantes do mundo lusófono. No entanto, os caboverdeanos não são únicos entre as nações mais jovens em usar a música popular para articular as ricas ambiguidades e contradições complexas da identidade e cultura nacionais e os muito frequentes elementos que perseguem a dicotomia continuidade/ruptura experimentada por povos em transição pós-colonial e dispersão diaspórica. Uma esfera globalizada, comoditizada, dirigida para o consumo, mediada eletronicamente como é a música popular, segundo o autor, pode de fato, oferecer um meio essencialmente lábil para a representação desta fluidez da identidade nacional contemporânea e da cultura (SIEBER, 2005: 125).

Na música caboverdeana, constituída de uma variedade de géneros, como em outras formas populares africanas, existe uma via de mão dupla, através da história atlântica das influências entre África e as Américas durante séculos, mas especialmente intensa no século XX, explicando o intenso refluxo de influências afro americanas como jazz, R&B, e

² *Caboverdeanidade*, *cabo-verdianidade* ou ainda *Kauberdianidadi* é uma categoria que de uma forma ou de outra está intimamente ligada com o papel da música no processo de consolidação, preservação e extensão do que é caboverdeano, quer seja no arquipélago ou na diáspora (SIEBER, 2005: 125).

soul, sem deixar de mencionar as Antilhas francesas, e outras influências afro-latinas na música de Cabo Verde (129).

A rejeição para a definição da música caboverdeana como lusófona é unânime e decidida. Além das acusações de reducionismo, músicos, políticos e formadores de opinião pública rejeitam fortemente esta posição pelo argumento de que existe muito mais do que linguagem naquilo que molda um país, que a identidade, a cultura e o patrimônio são todos mais amplos naquilo que comportam, ou ainda que, o conceito lusofonia, não somente apaga a identidade nacional caboverdeana em relação a Portugal, como também nega importantes diferenças entre os países do antigo império, diminuindo a distinção musical e identidades nacionais (SIEBER, 2005: 138).

Decerto, de acordo com os registros discográficos sobre a música de Cabo Verde, a língua portuguesa muito raramente foi usada como letra de música na era pós-colonial. E, mesmo desde cedo, os caboverdeanos são muito conscientes do uso da língua crioula em quase todas as suas canções desde as mais tradicionais mornas, coladeiras e funanás até novas formas de cabo zouk e outros gêneros que se encontram fora do *frame* da música tradicional, como hip-hop, R&B, etc. Citando Deirdre Meintel, o autor afirma que “a língua Crioula, há muito tempo tem sido o marcador distinto na cultura caboverdeana, um instrumento de resistência à lei colonial, e um símbolo da identidade dos caboverdeanos e do seu povo” (MEINTEL, 1984 apud SIEBER, 2005: 138).

Trazendo para a nossa discussão a noção de identidade como um resultado da semiótica cultural que é realizada através da produção de relações sociopolíticas contextualmente relevantes de similaridade e diferença, de autenticidade e inautenticidade, de legitimidade e ilegitimidade, precisamos entender que nem todas as ações semióticas descritas acima desempenham o mesmo tipo de trabalho de identidade e que saber por que as identidades são formadas é tão importante quanto saber como se dá este processo. Bucholtz e Hall reconhecem a existência de muito pouca teorização dos vários propósitos para os quais tal trabalho de identidade é realizado, e que os modelos existentes não dão conta completamente das questões de cultura, poder e agência, questões estas que são cruciais para grande parte da antropologia linguística contemporânea (2004: 382).

Táticas de intersubjetividade

Reconhecendo esta lacuna, as autoras apresentam uma estrutura para descrever as relações sociais estabelecidas através de processos semióticos. As táticas de intersubjetividade são as relações que são criadas através do trabalho de identidade, no qual indivíduos, embora restringidos da sua liberdade de agir devido a fronteiras externamente impostas, realizam seus objetivos. Esta noção invoca a qualidade local, situada, e frequentemente improvisada das práticas do dia a dia, por outro lado, a noção de intersubjetividade tem a intenção de destacar o lugar da agência e da negociação interativa na formação da identidade. Contudo, há o desejo de enfatizar os limites que são colocados na agência social, uma tensão que é capturada na polissemia do sujeito como ambos o agente e o paciente da ação social (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 383).

O termo *adequation* denota ambos a equação e adequação, segundo as autoras, a relação desta forma estabelece semelhança suficiente entre indivíduos ou grupos. A relação de adequação sugere que semelhança, o qual como discutido acima é geralmente tomado como a base da identidade, não é um estado objetivo e permanente, mas uma conquista social motivada que pode ter efeitos temporários ou em longo prazo. Assim, a adequação pode ser um meio de preservar a identidade da comunidade na face de mudança cultural dramática. Este conceito sempre motiva as bases de organizações políticas ou alianças, levando em consideração que uma identidade comum é uma conquista social e não um artefato social. Assim, adequação pode ser visto como um processo de equalização contestada em vez de, um processo consensual de equação (384).

Distinção é o mecanismo pelo qual as diferenças salientes são produzidas, portanto é o inverso de adequação. Segundo as autoras a distinção é uma das relações sociopolíticas mais exploradas na antropologia linguística, particularmente nos estudos dirigidos à hierarquia e estratificação. A distinção, na maioria das vezes, opera em um modo binário, estabelecendo uma dicotomia entre as identidades sociais construídas como opostas ou contrastantes. Ela tem a tendência de reduzir a complexa variabilidade social para uma única dimensão. Mas, a distinção pode também permitir grupos criar uma alternativa para qualquer um dos polos de relação social dicotômica. A distinção, então, pode apagar outros

eixos de diferença ou ela pode produzir diferenciação ao longo de múltiplos eixos simultaneamente (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 385).

As noções de autenticação e desnaturalização consideram a construção de uma identidade verossímil ou genuína e a produção de uma identidade que é literalmente inverossímil e não genuína. A autenticação destaca o processo de agência pelo qual as reivindicações para realidade são afirmadas. Neste sentido este termo se refere a como os falantes ativam as leituras essencialistas na articulação da identidade. Por outro lado, um processo pelo qual as identidades passam por severidades ou são separadas das reivindicações de realidade, é designado de desnaturalização porque sempre tende a destacar a artificialidade e o não essencialismo da identidade. Assim, desnaturalização frequentemente opera para estabilizar as reivindicações essencialistas desencadeadas pela autenticação (386).

E finalmente, o par de táticas que envolve a tentativa de legitimar uma identidade através de uma instituição ou outra autoridade, ou inversamente, o esforço para recusar ou retirar tal estrutura de poder. Apesar das estruturas hegemônicas, então, a autorização é também uma prática local que pode contestar como também confirmar formas dominantes de poder. Similarmente, a ilegitimação, ou o processo de remover ou negar poder, pode operar quer para apoiar ou para minar a autoridade hegemônica. Por outro lado, a ilegitimação pode também servir como uma forma de resistência ao estado ou outra forma dominante de poder (BUCHOLTZ & HALL, 2004: 387).

Conclusão

Este artigo trata-se de um testemunho perante a necessidade de pesquisa continuada sobre a identidade na antropologia da linguística. A crítica abordou os desenvolvimentos na pesquisa antropológica sobre linguagem e identidade, na qual a exploração dos conceitos chave ofereceram perspectivas complementares sobre este.

A posição estratégica metodologicamente assumida pela antropologia linguística no que diz respeito ao *framework* para análise do conceito de identidade enquanto produto da interação linguística oferecida por Bucholtz e Hall parece muito favorável para futuros

estudos que possam explorar as relações de construção de identidade envolvendo, naturalmente a linguagem e outras formas de expressão por parte de indivíduos que integram comunidades transnacionais e diaspóricas.

Finalmente, o fenômeno da música popular foi aqui introduzido com o propósito pleno de inferir que existem transformações significativas ocorrendo entre as populações de emigrantes caboverdeanos na diáspora. São as questões de gosto e identidade, tensões que moldam a emergente identidade contemporânea caboverdeana, expressa no mais pleno Crioulo, através da música.

Bibliografia

BUCHOLTZ, M. HALL, K. 2004. Language and Identity. In: *A companion to linguistic anthropology*. Edited by DURANTI, A. Malden, MA, USA. Blackwell Publishing Ltd. Pp 370-394.

BUCHOLTZ, M. HALL, K. 2005. Identity and interaction: a sociocultural linguistic approach. *Discourse Studies*. London. Sage Publications. Pp 585-614.

MONTEIRO, C. A. 2011. Música migrante em Lisboa: trajetos e práticas de músicos de cabo-verdianos. Lisboa. Editora Mundos Sociais. 296 p.

MORGAN, M. 2004. Speech Community. In: *A companion to linguistic anthropology*. Edited by DURANTI, A. Malden, MA, USA. Blackwell Publishing Ltd. Pp 3-22.

SIEBER, T. 2005. Popular music and cultural identity in the Cape Verdean post-colonial diaspora. *Etnográfica*, Vol IX (1), pp. 123-48.

VEIGA, M. 1998. O crioulo de Cabo Verde: emergência e afirmação. In: *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. AHN Praia. Sépia Paris. 257 pp.